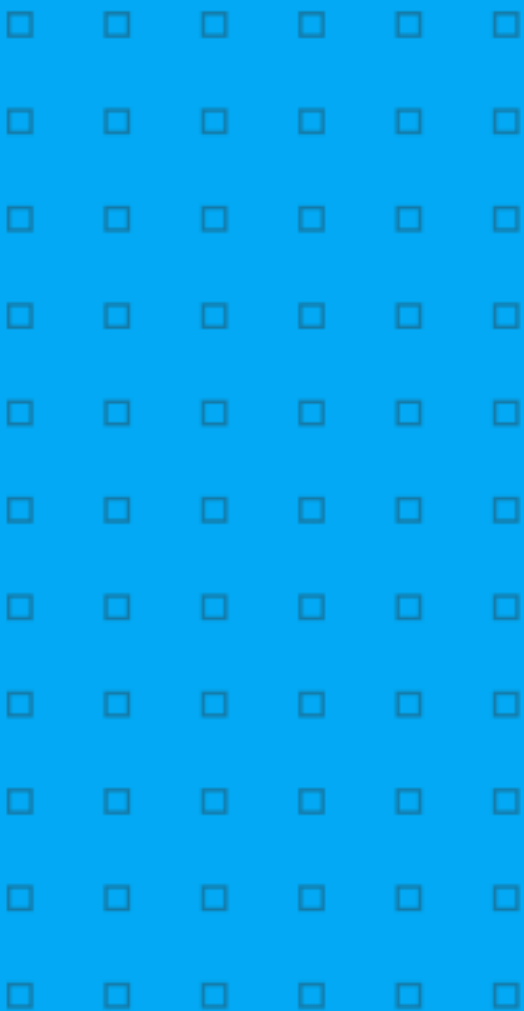




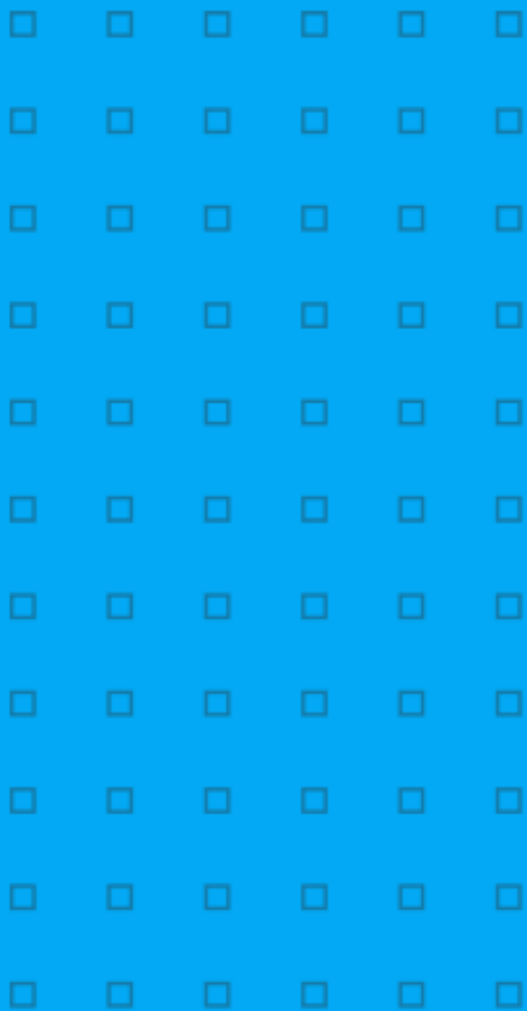
**Brazilian Securities
Companhia de
Securitização**

**Demonstrações
Contábeis
Exercício de 2020**





**Brazilian Securities
Companhia de
Securitização**



Relatório da Administração

Exercício de 2020



SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

RESULTADOS

Benefício residual em operações securitizadas

No exercício de 2020, o resultado com benefício residual em operações securitizadas foi de R\$ 4,5 milhões, frente aos R\$ 2,5 milhões no exercício de 2019.

Lucro Líquido

No exercício de 2020, o lucro líquido acumulado totalizou R\$ 1,4 milhão, frente ao lucro líquido acumulado de R\$ 1,1 milhão no exercício de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Securities Companhia de Securitização totalizou R\$ 223,8 milhões em dezembro de 2020, frente aos R\$ 222,7 milhões em dezembro de 2019.

Recebíveis Imobiliários

O saldo de recebíveis imobiliários em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 20,3 milhões, frente aos R\$ 20,2 em 31 de dezembro de 2019.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 2.835,3 milhões, frente aos R\$ 3.507,1 milhões em dezembro de 2019, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 2.894,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.591,5 milhões em 31 de dezembro de 2019).

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2019, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities, no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.950	2.768	Provisões	12	2.973	2.941
Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado		178.787	180.521	Passivos Fiscais	13	1.385	1.324
Instrumentos de dívida	6.a	154.117	155.556	Correntes		676	750
Recebíveis imobiliários	7	20.263	20.184	Diferidos	10.a	709	574
Benefício residual em operações securitizadas	27.a	3.887	3.588	Outros Passivos	14	3.439	6.369
Outros ativos financeiros	8	520	1.193				
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	9	6.657	7.668	Patrimônio Líquido		223.783	222.707
Impostos		41.258	39.302	Capital social	15	174.201	174.201
A compensar		37.312	35.327	Reservas de capital		17.048	17.048
Diferidos	10.a	3.946	3.975	Reservas de lucros		36.506	35.430
Outros Ativos	11	2.928	3.082	Ágio em transações de capital		(3.972)	(3.972)
TOTAL DO ATIVO		231.580	233.341	TOTAL DO PASSIVO		231.580	233.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	16	5.530	9.908
- Receitas com juros e similares		5.530	9.908
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(181)	(483)
Benefício residual em operações securitizadas	17	4.532	2.532
Outros ativos financeiros		9.881	11.957
Receitas de prestação de serviços	18	278	409
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(8.377)	(11.100)
- Despesas com pessoal	19	(985)	(1.186)
- Outras despesas administrativas	20	(7.392)	(9.914)
Despesas tributárias	21	(1.263)	(3.109)
Provisões líquidas	22	(703)	(1.066)
Outras receitas/(despesas) operacionais	23	2.360	4.666
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(89)	(207)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		2.087	1.550
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.d	(676)	(491)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(512)	(601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(164)	110
LUCRO LÍQUIDO		1.411	1.059
Lucro básico e diluído por ações ordinárias		0,01812	0,01360

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido	1.411	1.059
Resultado abrangente do período	1.411	1.059
Atribuível a:		
Acionistas controladores	1.411	1.059

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	Ágio em transações de capital		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	174.201	17.048	8.673	25.949	(3.972)	-	221.899
Lucro líquido	-	-	-	-	-	1.059	1.059
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	1.059	1.059
Destinações:						-	
Reserva de lucros (Nota 15.b)	-	-	53	755	-	(808)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(251)	(251)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	174.201	17.048	8.726	26.704	(3.972)	-	222.707
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	174.201	17.048	8.726	26.704	(3.972)	-	222.707
Lucro líquido	-	-	-	-	-	1.411	1.411
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	1.411	1.411
Destinações:							
Reserva de lucros (Nota 15.b)	-	-	71	1.005	-	(1.076)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(335)	(335)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	174.201	17.048	8.797	27.709	(3.972)	-	223.783

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO	1.411	1.059
Instrumentos de dívida		
Recebíveis imobiliários	(372)	(141)
Resultado na venda de BNDU	176	251
Outros ativos financeiros	313	170
Perda no valor recuperável de ativos financeiros	181	483
Constituição de provisões líquidas	703	1.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	164	(110)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	2.576	2.778
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:		
(Aumento) em ativos financeiros	(4.291)	(8.792)
(Aumento)/Redução em recebíveis imobiliários	(260)	2.164
(Aumento)/Redução em benefício residual em operações securitizadas	(300)	3.907
Redução em outros ativos financeiros	673	266
(Aumento) em ativos fiscais	(1.985)	(1.359)
Redução em outros ativos	1.048	193
Aumento em passivos fiscais	118	704
(Redução)/Aumento em outros passivos	(3.684)	694
Imposto de renda e contribuição social pagos	(192)	(650)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(6.297)	(95)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação/(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	5.730	(32)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	5.730	(32)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(251)	(432)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(251)	(432)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(818)	(559)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.768	3.327
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.950	2.768
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros recebidos	15.086	1.448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS LÍQUIDAS		11.727	15.759
Resultado com juros e similares	16	5.530	9.908
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(181)	(483)
Benefício residual em operações securitizadas	17	4.532	2.532
Receitas de prestação de serviços	18	278	409
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(89)	(207)
Outros ativos financeiros		1.657	3.600
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	20	(7.392)	(9.914)
Serviços de terceiros		(4.065)	(5.609)
Outras		(3.327)	(4.305)
Serviços do sistema financeiro		(638)	(619)
Propaganda, publicidade, publicações		(43)	(169)
Condomínio		(84)	(536)
Processamento de dados		(186)	(1.563)
Cartório - Taxas e emolumentos		(410)	(520)
Imóveis retomados		(1.681)	(633)
Outras		(285)	(265)
VALOR ADICIONADO BRUTO		4.335	5.845
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		4.335	5.845
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		4.335	5.845
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		4.335	5.845
Pessoal		828	1.028
Remuneração direta		674	870
Benefícios		108	111
FGTS		46	47
Impostos, taxas e contribuições		2.096	3.758
Federais		1.527	1.570
Municipais		569	2.188
Remuneração de capitais próprios		1.411	1.059
Lucro líquido		1.411	1.059

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio, e, securitização por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25/01/2021 e pelo Conselho de Administração em 02/02/2021.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2020.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

• Definições e reconhecimento

- i. Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- ii. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- iii. Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado

diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

- iv. Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- v. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.
- vi. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.
- vii. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- viii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

• **Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• **Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação**

- i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;
- ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;
- iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e
- iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

• **Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração**

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.
- ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.
- iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.
- iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:**• Mensuração dos ativos financeiros**

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

• Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

• Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:**• Ativos financeiros**

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

h) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;

- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 15.d.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";
- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações; e
- Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 7.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

k) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2020.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	1.950	2.768
Total	1.950	2.768

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	Livres 153.432	152.614
Certificado de Depósito Bancário – CDB (1)	Vinculados 685	2.942
Total	154.117	155.556

(1) Inclui, (i) em 31/12/2020, R\$ 76 (31/12/2019 - R\$ 2.933) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, (ii) R\$ 609 refere-se ao repasse à proprietários de terrenos vinculados aos créditos registrados nos patrimônios separados; e (iii) R\$ 9 em 31/12/2019 depositados a título de seguro caução na aquisição de recebíveis.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 360 dias	42.043	154.322
Acima de 360 dias	112.074	1.234
Total	154.117	155.556

c) Variações:

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	155.556	146.732
Adições (alienações) líquidas	(5.730)	32
Juros	4.291	8.792
Saldo no final do exercício	154.117	155.556

7) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Composição:

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela BS, não utilizados como lastro para emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano	31/12/2020	31/12/2019
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - BS (1)	15/11/2034	INCC/IGPM /Poupança /CDI e sem Correção Monetária	até 14,24%	20.263	20.184
Total				20.263	20.184

(1) Em 31/12/2020, possui saldo de provisão para perdas no montante de R\$ 19.202 (R\$ 19.017 - 31/12/2019).

8) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Recebíveis por venda de BNDU	40	713
Transações pendentes de liquidação (1)	480	480
Total	520	1.193

(1) Correspondem a valores a receber de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para cobertura de *rating*.

9) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	7.308	8.377
Provisão para perda ao valor recuperável	(651)	(709)
Total	6.657	7.668

BNDU - Ativos não depreciáveis, destinados à venda, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

10) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição de créditos tributários e passivos fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Provisão para perda de crédito esperada	2.936	2.873
Provisão para contingências cíveis	1.010	1.000
Outras provisões	-	102
Sobre diferenças temporárias	3.946	3.975
Total do ativo	3.946	3.975

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Provisão para impostos e contribuições	(709)	(574)
Total do passivo (Nota 13)	(709)	(574)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Ativo diferido

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda de crédito esperada	2.873	63	-	2.936
Provisão para contingências cíveis	1.000	304	(294)	1.010
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	1	-	(1)	-
Outras provisões	101	-	(101)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.975	367	(396)	3.946
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	20	(20)	-
Total dos créditos tributário	3.975	387	(416)	3.946
Obrigações fiscais diferidas	(574)	(135)	-	(709)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.401	252	(416)	3.237

Passivo diferido

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Amortização do ágio	(574)	(135)	-	(709)
Total	(574)	(135)	-	(709)

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2020, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foi aprovada em conjunto às demonstrações contábeis, pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A., em 02/02/2021.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	31/12/2020	31/12/2019
Em 2021	374	1.208
Em 2022	437	550
Em 2023	676	576
Em 2024	374	412
Em 2025	340	410
De 2026 a 2029	1.745	819
Total	3.946	3.975

Em 31/12/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 2.841 (31/12/2019 - R\$ 2.987).

d) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação	2.087	1.550
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição	(710)	(527)
Outros valores	34	36
Imposto de renda e contribuição social	(676)	(491)

11) OUTROS ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais e fiscais	1.413	1.458
Devedores diversos – País	1.460	690
Valores a receber de sociedades ligadas	55	904
Outros	-	30
Total	2.928	3.082

12) PROVISÕES

Em 31/12/2020 e 31/12/2019, a Companhia possui registradas provisões cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Processos cíveis	2.972	2.940
Processos tributários	1	1
Total	2.973	2.941

b) Variações:

	Cíveis (1)	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	2.940	1	2.941
Baixas	(671)	-	(671)
Constituições líquidas de reversões	703	-	703
Saldo em 31/12/2020	2.972	1	2.973

(1) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

13) PASSIVOS FISCAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 10.a)	709	574
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	512	601
COFINS a recolher	74	61
Impostos e contribuições sobre salários	41	38
PIS a recolher	12	10
Outros	37	40
Total	1.385	1.324

14) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a repassar (1)	1.558	3.566
Obrigações por aquisições de recebíveis (2)	677	677
Valores a pagar a sociedades ligadas	701	1.345
Dividendos a pagar	335	251
Outros	168	530
Total	3.439	6.369

(1) Referem-se a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia; e

(2) Referem-se a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social e quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 174.201 em 31/12/2020 e 31/12/2019, e encontra-se dividido em ações ordinárias nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social da BS, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BS poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para integridade do patrimônio líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

d) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, e está demonstrado a seguir:

Lucro Básico e Diluído por Ação	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	1.411	1.059
Quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação	77.864.966	77.864.966
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	0,01812	0,01360

16) RESULTADO COM JUROS E SIMILARES

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas com instrumentos de dívida	4.291	8.792
Recebíveis imobiliários	1.239	1.116
Total	5.530	9.908

17) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Em 31/12/2020 foi apurado um resultado de R\$ 4.532 (31/12/2019 - R\$ 2.532).

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de Assessoria Técnica. No exercício findo em 31/12/2020 o total de receita reconhecido foi de R\$ 278 (31/12/2019 - R\$ 409).

19) DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	674	870
Encargos Sociais	203	205
Benefícios	108	111
Total	985	1.186

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	4.065	5.609
Imóveis retomados	1.681	633
Serviços do sistema financeiro	638	619
Cartório – Taxas e emolumentos	410	520
Processamento de dados (1)	186	1.563
Aluguéis e condomínios	84	536
Propaganda, publicidade, publicações	43	169
Outras	285	265
Total	7.392	9.914

(1) Em 31/12/2019 ocorreu a manutenção/instalação de sistemas – Fornecedor Nexxera, no valor de R\$ 1.421.

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
IPTU / ITBI	555	2.168
COFINS	521	639
IOF	88	178
PIS	85	104
Impostos sobre serviços	14	20
Total	1.263	3.109

22) PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Riscos cíveis	703	1.066
Total	703	1.066

23) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Variações monetárias ativas	834	1.673
Reembolso de despesas	321	1.995
Demais receitas operacionais	1.205	998
Total	2.360	4.666

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Prazo máximo	31/12/2020 Ativos (passivos)	31/12/2019 Ativos (passivos)	31/12/2020 Receitas (despesas)	31/12/2019 Receitas (despesas)
Disponibilidades		607	1.268	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	597	1.259	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	10	9	-	-
Certificados de depósito bancário – CDB (1)		153.432	155.452	4.271	8.783
Banco PAN S.A.	08/12/2023	153.432	155.452	4.271	8.783
Valores a receber		55	904	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	55	904	-	-
Dividendos a pagar		(335)	(251)	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2021	(335)	(251)	-	-
Cessão de crédito (2)		(701)	(1.345)	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(701)	(1.345)	-	-

(1) Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 100,00% do CDI; e

(2) Referem-se substancialmente a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito cedidas ao Banco PAN.

25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações

• Gestão do Capital

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2020

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Cupom de índices de preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(2)	(152)	(292)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-	(3)	(5)
Total em 31/12/2020		(2)	(155)	(297)
Total em 31/12/2019		(2)	(132)	(255)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2020, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resolução nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:						
Instrumentos de dívida	9.640	32.312	126.486	-	-	168.438
Recebíveis imobiliários	489	1.041	1.462	573	2.221	5.786
Total	10.129	33.353	127.948	573	2.221	174.224

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2020, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.909	4.329
Aplicações financeiras	20.323	36.695
Recebíveis imobiliários	2.835.271	3.507.125
Outros ativos	48.682	53.284
Total do Ativo	2.907.185	3.601.433
Certificados de recebíveis imobiliários (1)	2.894.203	3.591.477
Outros passivos	9.095	6.368
Total do Passivo	2.903.298	3.597.845
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	3.887	3.588

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,01% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2019 – 1,00 % ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 1,70% ao ano a 3,00% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	89	60
Aplicações financeiras	20	19
Recebíveis do agronegócio	819.238	797.234
Total do Ativo	819.347	797.313
Certificados de recebíveis do agronegócio (1)	819.342	797.307
Valores a pagar cedente/emissora	5	6
Total do Passivo	819.347	797.313

(2) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados a 100% do CDI, com vencimento até 14/07/2023.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Diogo Ciuffo da Silva
Alex Sander Moreira Gonçalves

DIRETORIA

Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Dermeval Bicalho Carvalho
Mauro Dutra Mediano Dias

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

Brazilian Securities Companhia de Securitização

***Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Brazilian Securities Companhia de Securitização

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

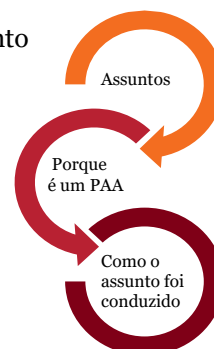
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Securities Companhia de Securitização em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Instrumentos de dívida (Notas explicativas 3b e 6(a))

A Companhia possui certificados de depósitos bancários (CDB) mensurados ao custo amortizado.

A apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários considera as taxas de remuneração estabelecidas nas datas da contratação.

Esses instrumentos de dívida estão custodiados na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP).

Considerando a relevância dessas operações no contexto da Companhia, a apropriada valorização e existência dessas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Em base amostral, realizamos o recálculo da apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários com base nas taxas de remuneração estabelecidas nas datas de contratação.

Realizamos o teste sobre a existência desses certificados de depósitos bancários com as informações do órgão custodiante e consistimos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria.

Consideramos que as evidências de auditoria são apropriadas e suficientes em relação a mensuração e existência dessas operações.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

Brazilian Securities Companhia de Securitização

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem,

Brazilian Securities Companhia de Securitização

dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6CRC